

ADMINISTRAÇÃO

# Cassados vão recorrer da decisão

Eles dizem não temer perda de mandato; pauta da Câmara, com análise de Orçamento e de IPTU, pode ficar travada

A maior parte dos 55 vereadores paulistanos foi surpreendida ontem, por volta das 11 horas, com a notícia de que 14 parlamentares haviam sido condenados pela Justiça. Procuradores, parlamentares na lista dos que se tornaram inelegíveis por três anos disseram não temer perder o mandato e informaram que entrariam com recurso para suspender a decisão.

De fora do Palácio Anchieta, sede do Legislativo municipal, o advogado Ricardo Pita Porto fez a defesa de três cassados - Abou Anni (PV), Quito Formiga (PR) e Adilson Amadeu (PTB) - e garantiu que todos podem participar da sessão de hoje, às 15 horas. "Não existe nenhum empecilho jurídico à participação nas sessões. Ao interpor um recurso, o vereador pode desenvolver seu trabalho normalmente. E a defesa já foi feita. Agora é preciso esperar a análise do TSE (*Tribunal Superior Eleitoral*) sobre o caso", argumentou o advogado.

Sobre as doações consideradas ilegais pelo Ministério Público Estadual, Porto afirma que os vereadores confiam na jurisprudência de cortes superiores. "Eles possuem boas equipes jurídicas e só aceitaram receber da AIB sabendo que, no nível federal, esse tipo de doação, de entidade sem fins lucrativos, já foi considerada legal e legítima. A alegação do MP é a de que a AIB é uma figura interposta do Secovi, o que não condiz com a realidade", acrescentou o advogado.

O advogado da AIB, Vitorino Francisco Antunes Neto, reiterou que as doações da entidade foram legais. E se queixou: "Houve cerceamento do direito de defesa. Se a AIB é parte, deveria ter sido chamada a se manifestar", declarou. "É um entendimento a meu ver equivocado, que será revertido no tribunal, mesmo porque a AIB realizou doações em 2002, 2004 e 2006 e nunca houve problema."

Porto ressaltou ainda que a decisão judicial não faz menção à perda imediata do mandato. Na visão do advogado, a cassação só seria efetivada com uma notificação oficial. Apesar de o advogado garantir que os vereadores podem participar das sessões, ontem a comissão parlamentar de inquérito (CPI) do IPTU, prevista para ocorrer das 13 às 18 horas, foi cancelada pelo vereador Aurélio Miguel (PR), após o anúncio das cassações.

À tarde, com a presença da imprensa em busca de informações na Câmara, poucos parlamentares foram localizados e os principais assessores políticos não estavam nos gabinetes. O vazio nos corredores da Casa

## Advogado da AIB reiterou que as doações foram legais

numa segunda-feira foi atípico e, segundo funcionários, algumas bancadas fizeram reuniões em escritórios políticos. Na audiência pública para discutir o desenvolvimento da região do Brás, à tarde, nenhum vereador compareceu.

DEFESA

Entre os cassados, foram quatro os parlamentares que falaram publicamente sobre o assunto - Carlos Alberto Bezerra (PSDB), Carlos Apolinário

CONDENADOS

Os 13 vereadores condenados receberam da Associação Imobiliária Brasileira (AIB) R\$ 1,7 milhão. Os valores representam o que cada um recebeu e o percentual do total que arrecadou

|                                |                              |   |                              |
|--------------------------------|------------------------------|---|------------------------------|
| <b>Domingos Dissei (DEM)</b>   | <b>R\$ 145 mil</b><br>28,96% | <b>Abou Anni (PV)</b>                       | <b>R\$ 100 mil</b><br>43,96% |
| <b>Marta Costa (DEM)</b>       | <b>R\$ 180 mil</b><br>62,78% | <b>Ricardo Teixeira (PSDB)</b>              | <b>R\$ 150 mil</b><br>26,17% |
| <b>Carlos Apolinário (DEM)</b> | <b>R\$ 200 mil</b><br>47,74% | <b>Wadih Mutran (PP)</b>                    | <b>R\$ 50 mil</b><br>20,9%   |
| <b>Adilson Amadeu (PTB)</b>    | <b>R\$ 200 mil</b><br>50,87% | <b>Ushitaro Kamia (DEM)</b>                 | <b>R\$ 130 mil</b><br>49%    |
| <b>Gilson Barreto (PSDB)</b>   | <b>R\$ 100 mil</b><br>31,47% | <b>Carlos Alberto Bezerra Júnior (PSDB)</b> | <b>R\$ 100 mil</b><br>27,14% |
| <b>Dalton Silvano (PSDB)</b>   | <b>R\$ 100 mil</b><br>23,94% | <b>Claudinho (PSDB)</b>                     | <b>R\$ 100 mil</b><br>27,98% |
| <b>Adolfo Quintas (PSDB)</b>   | <b>R\$ 100 mil</b><br>40,21% | <b>Quito Formiga (PR)*</b>                  | <b>R\$ 50 mil</b><br>29,11%  |

\* Teve as contas rejeitadas pela Justiça, foi declarado inelegível por 3 anos, mas escapou da cassação por ser suplente de vereador - está na vaga de Marcos Cintra, atual secretário do Trabalho

## Nova lei eleitoral não alterou veto a sindicatos

... A nova lei eleitoral, sancionada em setembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, manteve inalterada a proibição imposta a sindicatos de fazerem doações para campanhas eleitorais. Concessionários e/ou permissionários de serviços públicos também continuam impedidos de contribuir.

Além das representações contra os repasses feitos pela Associação Imobiliária Brasileira (AIB), o Ministério Público Eleitoral (MPE) questiona doações feitas

por concessionárias de serviços públicos. As ações ainda tramitam na 1.ª Zona Eleitoral. Um dos alvos é o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), e sua vice, Alda Marco Antonio. Dos R\$ 29,7 milhões arrecadados pela coligação São Paulo no Rumo Certo na campanha de 2008, R\$ 9,2 milhões (31%) estão sendo questionados na Justiça. A maior parte das doações partiu de quatro empreiteiras - Camargo Corrêa, Serveng Civilian, CR Almeida e OAS -, todas com participa-

ção societária em concessionárias de serviços públicos.

O assunto é controverso porque nenhuma dessas construtoras está registrada na Receita Federal ou na Junta Comercial como concessionária. Na prática, porém, sabe-se que elas integram consórcios que controlam essas empresas, como acionistas ou investidoras. Em 2006, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) considerou legais doações feitas por empresas com participação em concessionárias. ●

lados", disse o parlamentar. "Não há base para essa decisão. Minhas contas foram aprovadas pela Justiça. E não faz o menor sentido o promotor criar um teto de 20% para pedir as condenações", completou.

Anni também questionou a decisão judicial. "Na minha visão, a fonte doadora dos recursos é legal. A AIB faz doações desde 2000. Por que esse questionamento é feito só agora? De qualquer forma, cabe a nós recorrer." Formiga teve opinião

semelhante e destacou que não estava preocupado com a cassação. "Os meus advogados já estão cuidando disso", declarou o vereador, que assumiu a vaga de Marcos Cintra (PR), atual secretário do Trabalho.

Corregedor da Câmara desde 2003, Wadih Mutran (PP) desligou o telefone ao ser questionado sobre a condenação. O vice-presidente, Dalton Silvano (PSDB), não retornou as ligações da reportagem, assim como os tucanos Gilson Barreto,

Adolfo Quintas e Claudinho. As assessorias de Ushitaro Kamia, Domingos Dissei e Marta Costa (do DEM) informaram que os três vão recorrer da decisão. Nenhum dos 11 vereadores do PT fez comentários públicos sobre o fato de 14 vereadores ligados à base governista de Kassab terem sido condenados.

PAUTA TRAVADA

As cassações devem travar a pauta de fim de ano na Câmara, quando precisam ser votados dois importantes projetos do Executivo: o Orçamento para 2010 e uma proposta de revisão da planta genérica de valores (PGV), que pode resultar em aumento do IPTU. Por enquanto, a votação do projeto do IPTU progressivo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) segue marcada para amanhã. ● BRUNO TAVARES, DIEGO ZANCHETTA e FELIPE GRANDIN

Relembre as promessas eleitorais dos cassados no Vereador Digital [www.estadao.com.br/e/c3](http://www.estadao.com.br/e/c3)

Artigo

## Dimensões do Poder

Humberto Dantas\*

Não foi o primeiro e sequer será o último escândalo envolvendo políticos em nossa cidade. É só o tempo será capaz de dizer quem está certo. A opinião pública, no entanto, reforça sua ideia de que são todos corruptos, mas não devemos esquecer o quanto estamos envolvidos em casos dessa natureza. Vereadores são escolhidos por eleitores e ocupam a Câmara Municipal por meio de nossa vontade. O que representam, o que pensam e quanto investem em suas campanhas são temas pouco explorados pelos cidadãos que os escolhem.

A dimensão de seus mandatos também é pouco conhecida. Pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros divulgada em 2008 mostrava que mais de 90% dos entrevistados sabiam que a função de um vereador está associada às leis, mas existem limites para tais questões, pois na qualidade de ente federativo o município tem atribuições constitucionais específicas. Seríamos capazes de conhecer tais limitações?

Uma delas é associada à organização do espaço urbano. O Estatuto da Cidade nos cobra o chamado Plano Diretor, por meio do qual se define o ordenamento das cidades: o que pode, onde e como cada bairro, rua, avenida ou terreno deve ser ocupado. Estamos diante de imensa responsabilidade, que requer ética e compromisso coletivo.

Muitas organizações que fiscalizam o Poder Legislativo e a classe política de uma maneira geral têm voltado suas atenções aos recursos destinados pelas empreiteiras às campanhas eleitorais. Alegam que obras públicas consomem bilhões e que tais doações podem determinar o compromisso da classe política com o interesse desse tipo de organização.

Esquecemos que uma obra pública beneficia interesses privados maiores que as contas dessas empreiteiras. A instalação de uma simples estação do Metrô, por exemplo, tende a valorizar as residências e conjuntos comerciais ao seu redor. E tal situação, multiplicada pela imensidão de mudanças possíveis numa cidade como São Paulo, nos oferta a exata medida do poder de uma Câmara Municipal.

Mas esses políticos, sozinhos, não costumam fazer grandes alterações. Isso porque o Legislativo é o resultado do desejo coletivo de seus membros, e assim, nada mais indicado do que financiar as campanhas de muitos deles, garantindo o que poderíamos chamar de uma Bancada Imobiliária. Isso sem esquecer as diversas outras possíveis temáticas associadas às responsabilidades do Poder e suas dimensões, que costumam caminhar na delicada linha entre o que é ético, moral, legal ou apenas legitimado. ●

● É doutor em Ciência Política pela USP, conselheiro do Movimento Voto Consciente e professor visitante da USP

EmFoco

SÃO SEBASTIÃO (SP)

### Casal desaparecido queria viver 'aventura'

Após dois dias desaparecido, o casal de estudantes Lívia Pereira, de 17 anos, e Vitor Orta Rodrigues, de 16, voltou para a casa dos pais, em São Paulo. Os dois foram encontrados ontem em São Sebastião, litoral norte, e disseram à polícia que queriam "viver uma aventura". No sábado eles foram à praia e se despediram dos pais pelo celular.

SÃO PAULO

### Chuva provoca 12 pontos de alagamento

A chuva de ontem causou 12 pontos de alagamento e deixou no início da noite, 12 bairros em estado de atenção e dois em alerta. Às 16h10, o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) decretou estado de atenção nas zonas norte, oeste, sul e centro por causa do risco de alagamento. A chuva deve persistir hoje e amanhã deve chover à tarde.



KEINY ANDRADE/AE

SEGURANÇA

### Operação Verão terá 1.900 policiais

O litoral paulista terá mais 1.900 policiais e um segundo helicóptero para reforçar a segurança no verão, anunciou ontem o secretário de Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto, em reunião, em Santos, com os prefeitos da Baixada Santista. A Operação Verão terá 1.500 policiais militares e 400 civis. No ano passado eram de 1.200 a 1.300 policiais.

AMBIENTE

### Inspeção veicular nacional vai a votação

O Conselho Nacional do Meio Ambiente deve votar hoje em Brasília uma resolução que tenta tirar do papel a inspeção veicular nacional. O texto fixa um prazo de 12 meses para que governos locais criem Planos de Controle de Poluição Veicular e de 18 meses para que seja iniciada a inspeção dos veículos.